SÉRGIO ADORNO

os aprendizes do poder
o bacharelismo liberal na política brasileira



edusp

OS APRENDIZES DO PODER

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Vahan Agopyan
Vice-reitor Antonio Carlos Hernandes

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Lucas Antonio Moscato

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente Rubens Ricupero
Vice-presidente Valeria De Marco
Carlos Alberto Ferreira Martins
Clodoaldo Grotta Ragazzo
Maria Angela Faggin Pereira Leite
Ricardo Pinto da Rocha
Tânia Tomé Martins de Castro
Suplentes José Roberto Castilho Piqueira
Marta Maria Geraldes Teixeira
Sandra Reimão

Editora-assistente Carla Fernanda Fontana
Chefe Div. Editorial Cristiane Silvestrin

SÉRGIO ADORNO

OS APRENDIZES DO PODER

O BACHARELISMO LIBERAL NA POLÍTICA BRASILEIRA

edusp

Copyright © 2019 by Sérgio Adorno

1ª edição 1988 (Paz e Terra)

2ª edição revista 2019 (Edusp)

Ficha catalográfica elaborada pelo Departamento Técnico do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. Adaptada conforme normas da Edusp.

Adorno, Sérgio.

Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira / Sérgio Adorno. – 2. ed. rev. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

320 p.; 13 × 21 cm.

Inclui: tabelas, quadros e bibliografia.

ISBN 978-85-314-1537-1

1. Bacharéis – Direito. 2. Liberalismo – Brasil. 3. Política e governo – Brasil. I. Título. II. Título: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira.

CDD-320.981

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Rua da Praça do Relógio, 109-A, Cidade Universitária
05508-050 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (11) 3091-4008 / 3091-4150
www.edusp.com.br – e-mail: edusp@usp.br

Printed in Brazil 2019

Foi feito o depósito legal

À memória de meu pai, Waldemar, que morreu acreditando no direito, na justiça, na democracia.

Para minha mãe, Clarice, pela soberana competência com que soube e sabe suportar adversidades da vida.

O povo pode romper com o governo, e derrubá-lo por meio da força. Nem se diga que, dar ao povo o poder de desfazer governos, é legitimar a revolta. Porquanto, de que serve contestar-lhe esse poder, de que ele lança mão, quando o julga preciso? A força suprema é um argumento sem réplica, e não se pode apelar do poder do povo, senão para Deus. Felizmente, para os governos, o povo não se subleva todos os dias, e, por infelicidade dos povos, os governos impopulares sustentam-se muito tempo. Mas, se ao governo se concede o direito de sustentar-se pela força, como há de negar, ao povo, o direito de derrubar o governo por meio da mesma força?

Pedro Autran da Mata Albuquerque, professor da Academia de Direito de Olinda.

SUMÁRIO

Agradecimentos 13

Apresentação 17

Introdução 21

1. Patrimonialismo, Liberalismo e Democracia: Ambivalências da Sociedade e do Estado no Brasil Pós-colonial 37

2. A Academia de Direito de São Paulo no Projeto de Construção do Estado Nacional 89

3. O Liberalismo sob as Arcadas: O Confronto entre a Academia Formal e a Academia Real 105

4. A Profissionalização da Política e o Bacharelismo Liberal 177

Conclusões 271

Posfácio 285

Bibliografia 299

AGRADECIMENTOS

Embora os vícios que este trabalho possa apresentar se imputem à minha exclusiva responsabilidade, suas virtudes repousam no concurso de inúmeras pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram destacada participação e sem as quais não teria sido possível concretizá-lo. Aos bibliotecários dos diversos arquivos que percorri, nessa peregrinação científica, quero consignar meus profundos agradecimentos. Especialmente, fui recebido de modo afável na hemeroteca e na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e na biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Maria Célia Paoli teve destacada contribuição nos momentos iniciais da pesquisa. Não apenas me auxiliou na definição do objeto como, além disso, suas sugestões na elaboração do projeto tanto quanto suas consistentes observações, resultantes de cuidadosa leitura dos primeiros relatórios de pesquisa, contribuíram para dissipar dúvidas e vacilações. Agradecimento especial devo à Maria Lúcia Montes. Longas conversas telefônicas exerceram efeitos tão poderosos quanto irreversíveis. Com Sedi Hirano, amigo e permanente fonte de entusiasmo, pude nutrir-me de sua habilidosa experiência que me permitiu visualizar o jogo político em situações concretas, contribuindo seguramente para o desfecho de análises. Waldenyr Caldas amparou-me em um momento difícil da vida. Uma relação

franca e sólida, acrescida de uma confiabilidade sem limites, contribuiu incisivamente para a decisão irrevogável de prosseguir o projeto, justamente quando tudo parecia caminhar em sentido contrário. Amélia Cohn, estímulo permanente.

Brasilio Sallum Jr., presente à banca de qualificação, efetuou leitura tão criteriosa do projeto quanto estimulante. A seriedade com que o analisou, oferecendo valiosas sugestões bibliográficas e apontando inconsistências e alternativas para superação de impasses, deixou sólidas impressões em meu trabalho. Sinto-me responsável pelos equívocos no emprego inadequado de seus ensinamentos; e vaidoso, pelos acertos porventura materializados no corpo do texto. Igualmente presente à banca de qualificação, José Augusto Guilhon Albuquerque chamou-me a atenção para um exame criterioso do objeto enfocado nesta investigação, evidentemente preocupado com que eu não me perdesse por caminhos intrincados, no afã de adequar o objeto à teoria. Devo-lhe a importante sugestão de que a pesquisa deveria se concentrar no estudo dos temas liberais na imprensa acadêmica. Na qualidade de orientador, Gabriel Cohn revelou-se paternalmente parcimonioso para com minhas impertinências. Conferiu-me liberdade, indispensável à criatividade intelectual.

Ana Maria Figueiredo, Rosana Washington-Vita, Eliana Nery Conde Malta e Marília Klaumann Cánovas depositaram imerecida confiança em minhas "inclinações" como pesquisador. Eliana Blumer Trindade Bordini contribuiu, também, chamando-me a atenção para problemas relativos à generalização dos resultados e ao emprego e à disposição de estatísticas. Sílvia Queirolo inspirou-me atenção para questões jurídicas e sua complexidade.

Lugar especial ocupam Regina Gattai de Almeida Resende, Yole da Costa Pan Chacon e Myriam Mesquita Pugliese de Castro, cujos laços de amizade e de trabalho intelectual, plantados no curso de graduação em ciências sociais, solidificaram-se no tempo. Sonia B. Jordão, com sua intrepidez,

apropriou horas de seu convívio familiar, para auxiliar-me na revisão do texto original. Sua leitura atenta e comentários foram decisivos para a versão final.

Eneida G. de Macedo Haddad e Luci Gati Pietrocolla, cuja convivência intelectual tem sido fonte inesgotável de incentivo, dedicaram também horas de seus afazeres domésticos e profissionais, proporcionando-me amparo valioso na conferência dos originais datilografados.

Meus colegas do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em diferentes momentos e cada um a seu modo, vêm contribuindo para resgatar um clima intelectual profícuo à produção de conhecimentos e ao debate acadêmico. Em particular, o cotidiano mais próximo com Aparecida Joly Gouveia, Antônio Flávio Pierucci, Eder Sader, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Heloisa Helena T. de Souza Martins, Heloisa Fernandes, Irene de Arruda Ribeiro Cardoso, José Carlos Bruni, José César Gnaccarini, José de Souza Martins, José Reginaldo Prandi, Lísias Nogueira Negrão, Maria Célia Paoli, Maria Helena Oliva Augusto, Orlando Pinto de Miranda, Paulo Silveira e Paulo Roberto Arruda de Menezes tem propiciado condições para a consolidação desse clima. Agradecimento peculiar devo a Teófilo de Queiroz Júnior, um dos primeiros interlocutores deste trabalho.

Em sua forma original, este trabalho foi premiado no I Concurso de Teses Universitárias em Ciências Humanas, promovido em 1985 pela Secretaria de Estado da Cultura, fazendo jus à publicação. O silêncio do poder público e as razões escusatórias, quase sempre insatisfatórias, fizeram com que eu me visse constrangido a abdicar do laurel. Felizmente, Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro acolheram com simpatia a publicação e a editora Paz e Terra tomou a si o encargo de concretizá-la. Sou-lhes profundamente grato.

De minha família, roubei horas a fio de uma convivência que o passado não perdoa e o presente não recupera. O pas-

samento doloroso de minha irmã Laís redimensionou-me o sentido da vida e o significado do trabalho intelectual como atividade potencialmente criadora. A saudosa lembrança de meu pai contribuiu para cristalizar em mim a crença na democracia e no valor universal da justiça.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, meus profundos agradecimentos. Sem o apoio financeiro recebido e o estímulo intelectual, este trabalho jamais poderia ter sido concretizado.

Sou grato a todos que contribuíram; peço desculpas àqueles que involuntariamente omiti; escusas a quem aborreci. A todos quero recompensá-los com a doce esperança de que este livro possa, dentro das limitações impostas à ciência como agente de transformação social, contribuir para que a democratização da sociedade brasileira chegue já.

Abril de 1988

APRESENTAÇÃO

Muito se tem falado da importância do bacharel em direito na vida política brasileira. Porém, pouco se disse sobre a vida acadêmica paulista, sua formação liberal e suas relações com a política e o Estado durante o período imperial. Todos esses temas foram pesquisados e trabalhados com maestria por Sérgio Adorno. Uma tese de doutorado gostosa de ler. Coisa rara!

Mais do que um estudo da Academia de Direito de São Paulo, o que nos fascina neste texto é o caminho percorrido pelo autor para tornar clara a "arte da prudência e da moderação" que se encontra na raiz da possível existência do tão discutido liberalismo brasileiro. Nesta obra, é retomada a velha e quase clássica discussão sobre o escravismo, base de nossa sociedade durante o Primeiro e o Segundo Reinado, e o desenvolvimento de uma ideologia política com fundamentos liberais. Mas, desta vez, talvez a primeira, esses temas são tratados por meio de uma abordagem que tenta apreender a real visão de liberdade do liberalismo do século XIX.

Sérgio Adorno não foge à discussão de um dos tópicos centrais da ciência política, o da relação entre liberdade e igualdade – liberalismo e democracia – tal como é cuidadosamente debatido pelo liberalismo europeu desse período. Pelo contrário, num primeiro momento, enfrenta essa discussão em toda a sua complexidade. Num segundo momento, no entan-

to, encara-a com os óculos brasileiros de nossos intelectuais-profissionais-políticos formados pela escola do largo de São Francisco. A tarefa não é fácil. Por isso este trabalho procura esclarecer, desde o início, a necessidade do desvendamento dos dois complicadores citados. Um, surgido das ambiguidades reais ou aparentes do próprio liberalismo. Outro, dado pela visão desse liberalismo obrigatoriamente corrigida pelas lentes da vivência sociopolítica dos nossos acadêmicos de direito. No primeiro caso, é preciso lembrar que o liberalismo, embora seguindo uma tradição jusnaturalista, fala sempre em liberdade e igualdade e as vê como companheiras num mesmo e único fim. Contudo, não precisa as colocar caminhando lado a lado. Enquanto liberal, é preciso privilegiar a liberdade mesmo que muitas vezes em detrimento da igualdade. Ser liberal não significa ser necessariamente democrata. No segundo caso, a complexidade é muito maior. Qual é a adequação possível entre a formação liberal dos jovens bacharéis e a realidade que vivem? Muitos mais são os complicadores. Como princípio e fim desse debate, há já a nação imensa, complexa, difícil, explorada, pobre e dependente; há o Império e o imperador; há fazendeiros e escravos; há homens livres também dependentes e é preciso criar o Estado e a cidadania. Difícil tarefa essa dos nossos acadêmicos

Essas são algumas das questões enfrentadas nesta obra. Mas, tendo consciência da imensidão desses problemas, o autor restringe-se a analisá-los através de um estudo de caso: o processo de formação cultural e profissional dos bacharéis de direito em São Paulo. Mais especificamente, a vida cultural e política dos acadêmicos do largo de São Francisco de 1827 a 1883, sua importância na formação do Estado brasileiro e na organização jurídico-política do aparato estatal.

Mas afirma o autor que seu estudo foca uma característica particular da Academia de Direito de São Paulo: o debate dos bacharéis sobre questões liberais e igualitárias, entre liberalismo e democracia. Porque, finalmente: "A história da vida

acadêmica é notadamente uma intensa disputa política entre liberais moderados e radicais"[1]. Eis, também, porque a própria construção da cidadania passa necessariamente por esse embate. A afirmação dos direitos civis e políticos, sua relação com os homens livres, sua negação aos escravos e a própria existência destes são assuntos obrigatórios no mundo acadêmico. Suas conversas, suas publicações, suas manifestações políticas, escritas ou faladas, giram sempre em torno desses temas.

Apesar de a academia ensinar a ser liberal e não democrático, assim mesmo era difícil realizar a conciliação entre a natureza patrimonial do Estado monárquico e o modelo jurídico-liberal que se apresentava como fonte primeira de inspiração. Sem dúvida, os nossos bacharéis, que organizaram o Estado e estabeleceram a cidadania, se porventura liberais, estavam mais próximos de Benjamin Constant que de Locke. Não era nada simples acomodar, na já imensa e diversa realidade brasileira, Poder Moderador e Estado Patrimonial com um conceito liberal de cidadania, na qual, pelo menos, os direitos civis e políticos seriam iguais para todos os cidadãos.

Como se percebe, esse foi o difícil caminho seguido pelo autor. Mas ele transpõe brilhantemente cada obstáculo e nos seduz com suas soluções. Gostaríamos, ainda, de salientar o que consideramos um belo achado de Sérgio Adorno: a descoberta de que o publicismo político aliou-se à literatura enquanto eficaz instrumento de educação político-sentimental do acadêmico-bacharel. Em suas palavras: "O prazer estético proporcionado pela arte literária representava seguro veículo de sedução da consciência"[2]. Tendo a academia humanizado, civilizado e, sobretudo, disciplinado o pensamento, permitiu-se, assim, pensar a coisa política como atividade dirigida por critérios intelectuais. Apenas esse achado já valeria uma dissertação.

1. Ver p. 109 deste livro.
2. Ver p. 193 deste livro.

Finalmente, poderíamos ainda falar sobre o interesse do autor em percorrer esse caminho, suas razões em aproximar o mundo dos cientistas sociais ao dos bacharéis em direito. Ou de como nós, antigos professores da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sentimos a nostalgia de uma universidade que não mais ocupa esse *locus* privilegiado no aprendizado da política. Mas acreditamos que o melhor é empreender desde já a caminhada junto com Sérgio Adorno. O caminho suscita desde o início um imenso interesse. O autor tem o dom de, aos poucos, ir alargando nossa visão, enriquecendo nosso conhecimento, dando-nos aquele prazer estético que pode seduzir nossas consciências.

Célia Galvão Quirino
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

Esta investigação busca reconstruir, sob a ótica sociológica, o processo de formação cultural e profissional dos bacharéis em São Paulo, durante o século XIX, no contexto de emergência da ordem social competitiva na sociedade brasileira e da solidificação do liberalismo econômico e político enquanto ideologia dos estratos sociais dominantes, saídos vitoriosamente da revolução descolonizadora. A forma pela qual a investigação proposta cogitou explorar as relações sociais subjacentes à profissionalização desses intelectuais residiu na análise do juridicismo liberal, visto pelo prisma de sua produção nas condições histórico-sociais em que foi gerado pela vida acadêmica paulista. Nesse sentido, realizei estudo de caso sobre a Faculdade de Direito de São Paulo, abrangendo o período de 1827 a 1883, com o objetivo de apreender empiricamente a formação desses intelectuais no horizonte mais amplo de organização da cultura jurídico-política brasileira, base sobre a qual se assentaram os princípios lapidares de uma concepção de direitos civis e políticos, durante a vigência do regime monárquico, e da qual se erigiu um modelo singular de cidadania.

Razões diversas concorreram para a definição desse objeto, como e enquanto pressuposto de conhecimento sociológico. Na recém-transição política de 1970 para 1980, as lutas pela democratização da sociedade brasileira fizeram-me aten-

tar para duas observações. Primeiro, vale ressaltar, nessas lutas sobressaíam-se os juristas como uma espécie de resistência política organizada e qualificada. Não poucos eram aqueles que clamavam pelo retorno ao estado de direito, como se, à primeira vista, a democratização da sociedade brasileira tivesse como passo inicial a remoção dos obstáculos que se antepunham à criação e normatização de sólidas bases institucionais. Que saber mágico é esse, afinal, cujo poder restitui a democracia à sociedade brasileira? Essa questão tinha tanto mais sua razão de ser quando se lembra de que essa sociedade foi – e talvez continue a sê-lo – um verdadeiro mandarinato de bacharéis em direito, concentrados em torno de um Estado que, a rigor, se constituiu como um imenso arquipélago de magistrados.

É estranho, no entanto, que a inteligência sociológica brasileira tenha conferido pouca importância ao estudo das relações entre a vida social e a ordem jurídica. Questões a propósito dos fundamentos sociais que presidem a jurisprudência normativa ou a respeito das forças de transformação e conservação que atuam sobre o direito não pareciam seduzir a mentalidade de nossos principais cientistas sociais. Salvo exceções, muitos aceitavam, sem grandes reservas, que a função do aparelho judiciário era fundamentalmente repressora; que os profissionais da lei, enquanto categoria social, mantinham irrefutáveis compromissos com as estruturas de apropriação econômica e de dominação política; e, finalmente, que a ordem jurídica estava formalmente organizada sob inspiração de princípios liberais e que seus fins concretos estavam voltados para a "legalização" dos interesses das classes dominantes. Nada se problematizava quanto às condições histórico-sociais que determinavam a produção do saber jurídico, nem sequer quanto à sua eficácia pragmática. Certamente, contribuía para esse desinteresse a ausência de uma história do judiciário brasileiro, de suas articulações com outras instâncias do poder, de suas práticas políticas, de seus rituais de produção de verdade. Se o direito preocupou os sociólogos, foi em conexão com as

relações capitalistas de produção. De fato, uma rápida vista-d'olhos na produção sociológica brasileira põe em destaque que, se havia algum interesse nessa área de conhecimento, ela residia no direito trabalhista. De resto, a sociologia jurídica não se afigurava interesse de ninguém, ou, pelo menos, de poucos.

Estes últimos anos, de intensa mobilização social e de acirramento das lutas pela democratização da sociedade brasileira, promoveram a "solidariedade" entre juristas e cientistas sociais em torno de um objetivo comum: descobrir novas estratégias políticas que pusessem fim ao autoritarismo e relegassem, definitivamente, ao passado os anos de alvedrio político. Por um lado, há que se fazer justiça a um fato inegável: os profissionais da lei tiveram saliente atuação nos recentes movimentos sindicais e nas greves, quando menos para defesa e obtenção de liberdade para líderes presos e acusados de crimes contra a segurança nacional. A destreza com que desempenhavam suas tarefas fez, seguramente, com que os cientistas sociais os olhassem com menos suspeição e – por que não? – com certa admiração. Enfim, havia aqueles sensíveis aos princípios democráticos, capazes, em suas práticas profissionais, não apenas de perceber as inconsistências da ordem jurídica brasileira mas, sobretudo, de fazer vir à tona as contradições da sociedade capitalista e os impasses à instauração da democracia. Por outro lado, os próprios cientistas sociais, meio constrangidos em face do descaso com que tratavam o direito e a ação dos juristas e dos profissionais da lei, viram-se como que impelidos a lhes render homenagens.

Paradoxalmente, aqui também as coisas não se deram pela porta da frente, mas pela porta dos fundos. Foi a escalada da violência urbana, a complexa problemática da criminalidade e de suas formas de contenção, e as "pequenas" questões cotidianas – crimes passionais, arbítrio policial, desmandos no sistema penitenciário, linchamentos, tentativas de privatização da justiça etc. – que despertaram o interesse dos sociólogos pelo direito. Em um espaço de tempo reduzido, proliferaram estu-

dos e pesquisas que, a despeito da diversidade com que abordavam seus temas, sugeriam no mínimo duas conclusões, por si só significativas. Inicialmente, apontavam para a complexidade das relações entre a sociedade e o direito, ao mesmo tempo que evitavam reproduzir as generalizações do passado. Se, historicamente, o aparelho judiciário brasileiro exerceu funções repressivas, não se poderia explicitar tais funções senão às expensas de reconstruir as mediações entre suas práticas e o cotidiano da sociedade civil. Mais do que isso, esses estudos e pesquisas indicavam os efeitos positivos e produtivos das práticas discursivas e não discursivas do saber jurídico.

Ademais – e nisso residiu o principal efeito desse despertar da inteligência sociológica brasileira pelo tema –, convenceram-se os cientistas sociais de que o alargamento do espaço de participação e de representação políticas não podia, sob qualquer pretexto, desconhecer um imperativo: a democratização do Judiciário e do acesso à justiça. Foram, assim, levados a recuperar alguns temas "clássicos" do pensamento político, ao que parece, esquecidos por essas paragens. Refiro-me à questão da cidadania. A luta pela construção da democracia implicava, necessariamente, o reconhecimento da cidadania às classes trabalhadoras, conquista que não podia desconhecer certos mecanismos formais que tinham na lei e no direito seus pontos de inflexão. Em parte, esse conjunto difuso de fatos e fenômenos sociais sensibilizou-me, justamente, para o estudo das relações entre democracia, Estado e direito.

É oportuno, agora, relatar a segunda observação decorrente da recente luta pela democratização da sociedade brasileira. Minha geração universitária experimentou e conheceu, durante o curso da década de 1970, intensos debates acadêmicos sobre as origens e os fundamentos do autoritarismo. Nesses debates, insistia-se, com muita frequência, em dois aspectos. Em primeiro lugar, os debates reportavam-se à gênese histórica do autoritarismo, pondo-se em relevância as relações sociais escravistas de produção como fundamento, em última

instância, de uma estrutura de dominação e de controle do poder político que repousava na violência, no exercício restrito da representação política e no emprego de meios repressivos para conter o avanço das forças reconhecidamente populares. Pretendiam, desse modo, colocar em discussão pública uma questão essencial: as sucessivas transformações experimentadas pela sociedade brasileira, sobretudo aquelas que se operavam sob o comando do desenvolvimento capitalista, não haviam destruído as bases do autoritarismo para possibilitar a introdução e implantação de práticas e princípios liberais. Ao contrário, a sociedade capitalista no Brasil recuperava o autoritarismo ao acirrar a violência como instrumento de mediação entre as classes sociais em constituição, no campo e nas cidades. Assim, como segundo aspecto decorrente desses debates, perfilava-se um modelo de interpretação que opunha ao autoritarismo o liberalismo. Acreditava-se, de acordo com alguns intérpretes, que o fato de a sociedade brasileira não haver experimentado, em todas as suas consequências, os vícios e as virtudes da agenda liberal – em outras sociedades, foco seguro de resistência contra o arbítrio político – explicava, em parte, a longa e penosa persistência do autoritarismo. Nesses debates, destacava-se capítulo especial para o papel político e ideológico dos intelectuais. Haviam os intelectuais brasileiros constituído uma sólida resistência organizada contra o autoritarismo ou, contrariamente, seduzidos pelos efeitos da expansão do Estado no campo da cultura, haviam se sujeitado aos interesses das classes dominantes, dos quais custavam a se emancipar?

Minha opção pela "aventura de vincular a investigação sociológica à transformação da sociedade brasileira" – para roubar as sábias palavras de Florestan Fernandes[1] – colocou-me às voltas com um complexo mundo, a um só tempo real e intelectual, representado por um campo de lexias – Estado, direito, sociedade, capitalismo, intelectuais, democracia e liberalismo,

1. Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, 1975.

nem sempre coincidentes. Notadamente, pareciam-me pouco esclarecedoras as relações entre os intelectuais e o Estado, na sociedade brasileira, mormente diante da inexistência de estudos históricos. Vale lembrar que as expressivas obras de Sergio Miceli[2], a respeito das relações entre intelectuais e a classe dirigente no Brasil, e de José Murilo de Carvalho[3], a propósito da composição da elite política imperial, inserem-se nos debates da década de 1970. Afigurava-me inconsistente o modo pelo qual os debates acadêmicos tratavam liberalismo e democracia. Não era incomum que eles fossem sinonimizados. Princípios liberais e princípios democráticos expressavam-se indefinidamente e representavam, ao que parece, a própria incapacidade daqueles debates em problematizar de maneira adequada os impasses à instauração da democracia na sociedade brasileira. Conheciam-se suas origens; definia-se, com precisão, a situação problemática com que se defrontava essa sociedade. Contudo, a formulação intelectual da situação social problemática carecia de apropriada identificação.

Enfim, esse clima político e intelectual foi responsável pela proposição do objeto desta investigação sociológica. Pretendia um estudo sobre a gênese dos intelectuais brasileiros em suas relações com o Estado – se possível, enfocando a organização jurídico-política do aparato estatal –, de modo a poder avaliar os efeitos de sua ação enquanto prática construtora ou negadora da democracia. Eis que, a essas alturas, se ilumina o outro lado da meia-noite. Um levantamento bibliográfico preliminar revelou a importância dos bacharéis em direito na construção do Estado nacional. Uma atenção um pouco mais consistente, conferida a essa bibliografia, apontava para a importância do exame de algumas biografias de personalidades que se distinguiram na vida pública brasileira, durante a vigência do regime monárquico, e que haviam atuado decisivamente na cons-

2. Sergio Miceli, *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, 1979.
3. José M. de Carvalho, *A Construção da Ordem*, 1980.

tituição de práticas jurídico-políticas do Império. Esse estudo exploratório de alguns perfis de carreira sugeria observações de interesse para os propósitos desta investigação sociológica. Por um lado, indicava que parcela expressiva de parlamentares e homens públicos, os quais compuseram a elite política imperial, compreendia bacharéis em direito que viviam para a política. Por outro lado, indicava igualmente que esses bacharéis, em sua maior parte, manifestavam comportamento nitidamente influenciado pelo liberalismo econômico e político. Ora, como era possível que o Estado fosse autoritário e seus construtores, bacharéis em direito, liberais? O liberalismo não se opunha ao autoritarismo? Essa elite política e intelectual não havia sido capaz de se opor ao Estado autoritário? Mas não era essa mesma elite que se colocava à frente dos negócios públicos?

Desse conjunto de questões para o estudo do processo de profissionalização dos bacharéis foi questão de passo. Não bastava estudar os mecanismos de recrutamento desses bacharéis intelectuais para os quadros da burocracia estatal. Mais do que isso, sob uma perspectiva sociológica, era necessário perquirir algo além: indagar que tipo de intelectual e profissional da política esse Estado autoritário havia requerido, mediante estudo acurado de sua formação juridicista e liberal. Eis, aqui, portanto, as razões que concorreram para a identificação do objeto desta investigação sociológica.

Optei por dividir a exposição dos resultados obtidos em quatro capítulos. No primeiro, intitulado "Patrimonialismo, Liberalismo e Democracia: Ambivalências da Sociedade e do Estado no Brasil Pós-colonial", procurei avaliar a hipótese segundo a qual existe um dilema liberal na sociedade brasileira cujos fundamentos históricos e sociais se reportariam à existência da escravidão e ao autoritarismo que mediou as relações entre classes, estratos e grupos sociais durante a vigência da monarquia. Minha análise caminhou em sentido diverso. Meu propósito foi demonstrar que não existiu um dilema liberal,

porém um dilema democrático que percorreu todos os meandros das estruturas de apropriação do poder nessa sociedade, no século XIX. O fio condutor da análise consistiu em sustentar que a cisão entre princípios liberais e princípios democráticos, sistematicamente reatualizada pelo jogo entre duas opções políticas antagônicas – o radicalismo e o conservadorismo –, manifestou-se desde as lutas pela independência do país, ganhou corpo nos movimentos verificados do nordeste ao sul do Brasil, ao longo de quase sete décadas de vida monárquica, e encontrou seu ponto de convergência e apoio na ação do Estado. Progressivamente, as forças populares foram expulsas do âmbito institucional e foram silenciadas as reivindicações verdadeiramente democráticas. Em contrapartida, a luta pelas liberdades se sobrepôs e mesmo obscureceu a luta pela igualdade. Desse modo, pouco a pouco, o liberalismo moderado e conservador, distante das preocupações em democratizar a sociedade brasileira, passou a informar a ação político-partidária de homens que acabaram se configurando verdadeiros artífices do Estado nacional, Estado patrimonial articulado a práticas típicas do modelo liberal de exercício do poder.

Essa trajetória conduziu-me à indagação: em uma sociedade perigosa e poderosamente dividida em classes, estratos e grupos sociais, em que privilégios econômicos e políticos são monopolizados pelos proprietários de terra comprometidos com a produção agrária para o mercado exportador, de que decorrem inevitáveis restrições à participação política de outros estratos sociais constituídos de homens livres, porém destituídos da propriedade, quais as condições concretas que tornaram possível, apesar dos impasses e das contradições, a conservação do corpo político?

Responder a essa questão requeria, entre outros aspectos, consulta a estudos a respeito da composição social da elite política imperial em suas relações com o Estado. Esses estudos sugerem que a presença de bacharéis na vida pública e nas lides cotidianas os tornara interlocutores e mediadores da represen-

tação jurídico-política da ordem social competitiva na sociedade brasileira, sobretudo devido à sua atuação nos poderes Executivo, Legislativo e – evidentemente – Judiciário, além da docência acadêmica e de uma não menos importante ação no jornalismo. Impunha-se, por conseguinte, estudar a profissionalização política e cultural desses bacharéis, nas academias de direito.

De fato, no capítulo segundo, "A Academia de Direito de São Paulo no Projeto de Construção do Estado Nacional", ocupo-me do estudo de caso propriamente dito. Seu objetivo consiste em analisar o lugar dos cursos jurídicos na construção do Estado nacional, recém-egresso do colonialismo. Cuido, a seguir, no terceiro capítulo, "O Liberalismo sob as Arcadas: O Confronto entre a Academia Formal e a Academia Real", do exame crítico do ensino jurídico no Império, abordando aspectos da estrutura curricular, do processo de ensino-aprendizagem e das relações entre corpo docente e corpo discente, visando apreender empiricamente os efeitos do ensino jurídico sobre a formação cultural, intelectual e profissional dos bacharéis. Os resultados indicaram que a formação dos bacharéis, em São Paulo, no período considerado nesta investigação sociológica, não residiu no processo de ensino-aprendizagem. Tal conclusão, necessariamente, apontava para o próximo caminho: o exame das condições sociais, intelectuais e culturais que transformaram o ambiente extracurricular na verdadeira sala de aula.

No quarto capítulo, "A Profissionalização da Política e o Bacharelismo Liberal", reservei longas páginas para um detido exame da militância política através do jornalismo. Enfoquei a análise sob a ótica do redator, em suas múltiplas dimensões estéticas, enquanto veículo de educação cívico-intelectual e sentimental dos bacharéis. Nesse capítulo, aprofundei a hipótese, originalmente sugerida por Alberto Venâncio Filho[4], segundo

4. Alberto Venâncio Filho, *Das Arcadas ao Bacharelismo*, 1977.

a qual nunca houve efetivamente ensino jurídico no Império, porém uma vida acadêmica bastante agitada e controvertida; isto é, um ambiente extraensino, independente da relação didática estabelecida entre aluno e professor, que foi responsável pela profissionalização do bacharel. No mesmo sentido – e aqui parece repousar o "segredo" desse processo de formação intelectual e profissional –, insisti que as características da vida acadêmica constituíram o terreno que produziu um tipo de intelectual educado preferentemente para a atividade política e disciplinado para reproduzir o modo pelo qual o liberalismo via, no século XIX, as relações sociais nessa sociedade.

Por isso, o último capítulo, "A Profissionalização da Política e o Bacharelismo Liberal", trata dos critérios intelectuais que nortearam a militância política através do publicismo acadêmico. Toda a análise centra-se na reflexão crítica das teses e dos temas liberais na imprensa acadêmica. Procurei demonstrar que o contato dos bacharéis com o ideário liberal, resultado da introdução do jusnaturalismo nos primórdios do ensino jurídico em São Paulo, condicionou-lhes a ver as relações sociais como relações contratuais entre partes juridicamente iguais, porém individualizadas, dotadas de autonomia da vontade e integradas por vínculos de coordenação. Em outras palavras, um intelectual disciplinado para privatizar conflitos sociais e que, nessa condição, aprendeu a colocar o indivíduo e sua liberdade como motor coordenador da luta política, relegando a um plano secundário a autonomia da ação coletiva, questão central na ideia de democracia. Enfim, um intelectual preparado para, enquanto futuro profissional da atividade política, perpetuar a cisão entre liberalismo e democracia.

Para explicação sociológica do objeto enfocado nesta pesquisa, optei pela realização de estudo de caso em torno da vida acadêmica paulista. Minha opção deveu-se, sobretudo, à inexistência de uma coleção de dados, primários e secundários, que possibilitasse generalização científica com base em séries estatísticas. Dado o momento histórico pesquisado, infindá-

veis eram as omissões na sequência de informações indispensáveis à determinação da amplitude e da tipicidade do fenômeno estudado. Em contrapartida, a viabilidade de compreender a vida acadêmica paulista enquanto vida comunitária assegurou a unicidade do objeto, pressuposto fundamental ao estudo de caso.

Três considerações devem ser feitas para que se aclare a preferência por essa opção. Primeiro, é preciso lembrar que o momento histórico observado se refere ao período de transição do colonialismo para a gestação das condições histórico-sociais que presidiram a emergência da ordem social competitiva na sociedade brasileira. As relações de mercado custaram a penetrar decisivamente as várias dimensões em que se manifestava a vida social para romper com os fundamentos da tradição e das bases locais de produção e reprodução das relações sociais. Nesse sentido, a territorialidade aparece como requisito empírico de identificação da comunidade acadêmica, não somente devido à sua demarcação geográfica mas ainda por força de reunir na figura do acadêmico a unidade entre espaço e suas correspondentes representações sociais.

Segundo, diante das características da sociedade brasileira, àquela época, e notadamente das características urbanas da capital da província de São Paulo, a dimensão psicológica das relações sociais repousava em um padrão de vida associativa orientado pelo imperativo moral, cujas bases materiais se assentavam no parentesco, no escravismo e nos interesses ditados pela grande propriedade rural, e cujas expressões culturais se materializavam na intensidade dos vínculos emocionais, no elevado grau de intimidade e proximidade pessoais e na perspectiva de sua continuidade no tempo e no espaço, sem precedentes. Certamente, essa situação principiou por alterar-se à medida que a Academia de Direito de São Paulo solidificava sua presença no cenário político nacional e cultural regional, e à proporção que as relações intra-acadêmicas se politizavam. Mesmo assim, persistiu, durante longas décadas, esse padrão

de relações sociais que fazia da vida acadêmica uma verdadeira constelação de interesses materiais e morais.

Terceiro, o que efetivamente fundamenta a unicidade do objeto de investigação sociológica é a consciência que os agentes sociais observados expressam no destino comum que a história lhes reserva. Não apenas se reconhecem como portadores de atributos que os diferenciam de outras categorias da população em geral como também orientam sua ação pela expectativa de que esse reconhecimento constitua requisito de sua inserção na sociedade local e de sua trajetória de vida. Àquela época, ser acadêmico-bacharel representava oportunidades preferenciais de apropriação de cargos nas diversas instâncias da burocracia estatal, a par de se configurar fonte segura de prestígio e de poder.

O estudo de caso encetado nesta investigação sociológica, em momento algum, pretendeu opor a vida acadêmica à sociedade nacional, como se fossem dois opostos de um *continuum* que transita da comunidade à sociedade. Ao contrário, ao visualizarmos a vida acadêmica paulista enquanto associação comunitária, somente o fizemos na medida em que as condições histórico-sociais, que marcaram o curso e desenvolvimento da ordem social competitiva, estiveram decisivamente presentes na prática pedagógica e na vida extracurricular, seja como negação, seja como reafirmação daquelas condições. Na perspectiva adotada nesta pesquisa sociológica, a vida acadêmica representou tanto o espaço de luta e de resistência quanto de ampliação e de desenvolvimento das transformações que se operavam na economia, na sociedade e no Estado no Brasil oitocentista.

Não sem razões, este estudo de caso recorreu à reconstrução histórica. Embora o levantamento bibliográfico resultasse na identificação de um conjunto rico e variado de fontes a propósito do ensino jurídico no Império, as referências que se faziam à vida acadêmica extracurricular se limitavam a apresentar seus contornos gerais, sem nenhuma preocupação mais consistente em dimensionar o efetivo significado da militância

política na profissionalização do bacharel. Particularmente, as fontes consultadas dedicavam extensa menção ao periodismo, sem nenhuma diretriz analítico-crítica ou, quando muito, restringiam-se à descrição do título e de algumas características relacionadas a aspectos editoriais. Vali-me de fontes primárias, impressas e manuscritas, representadas por memórias históricas, histórico-acadêmicas, ofícios, cartas, documentos oficiais. Nessa coleção de fontes, destacam-se biografias e os exemplares da imprensa acadêmica. A utilização de perfis de carreira revelou-se particularmente importante para explicar as relações entre trajetória de vida e estruturas sociais, possibilitando reconstruir o sentido da ação desses bacharéis em suas múltiplas motivações políticas e intelectuais e descortinando as conexões causais entre as práticas institucionais e a profissionalização da política no intramuros acadêmico. Esses perfis de carreira permitiram a construção de uma espécie de identidade "típico-ideal" do bacharel juridicista, que se constituiu em paradigma da análise sociológica.

A consulta aos exemplares disponíveis da imprensa acadêmica prova que ela não apenas consiste na principal fonte de dados primários. Sua riqueza, variabilidade e mesmo quantidade eliminaram os obstáculos decorrentes da existência de dados únicos, problema frequente em estudos de caso que recorrem à reconstrução histórica. Ao contrário, o levantamento de dados na imprensa acadêmica apontou, desde logo, sua projeção multifacetada, porquanto essa fonte primária não se circunscrevia ao universo das práticas pedagógicas. Ela constitui excepcional breviário das principais questões de ordem econômica, política, ideológica, cultural, científica, artística e moral com que se defrontava o modelo liberal de exercício do poder em suas determinações particulares. Consultei, entre 84 títulos publicados no período considerado e 49 localizados em diversos arquivos, dezesseis títulos correspondentes a 120 edições e 259 artigos selecionados. Consultei também três periódicos não acadêmicos – mas que contavam em seu cor-

po redatorial com estudantes da Academia de Direito de São Paulo –, abrangendo o período de 1865 a 1879, perfazendo 27 edições e 54 artigos.

Os resultados alcançados foram cotejados com as demais fontes primárias e com outras fontes secundárias, estas representadas por folhetos, artigos extraídos de revistas, miscelâneas, fragmentos de obras, fascículos, publicações seriadas, separatas, além de livros. Dentre essas fontes, destacam-se os principais cronistas, memorialistas e intérpretes da Academia de Direito de São Paulo. Aqui, refiro-me a Almeida Nogueira[5], a Spencer Vampré[6] e, mais recentemente, a Alberto Venâncio Filho[7]. Embora as duas primeiras obras estejam impregnadas de um sabor algo romanceado, o que não lhes retira originalidade, de qualquer modo elas constituem, ao lado da obra de Venâncio Filho, trânsito necessário a qualquer estudo sobre o assunto.

Esta pesquisa sociológica abrange o período de 1827 – ano da criação dos cursos jurídicos no Brasil – a 1883, ano de formatura da turma acadêmica que frequentou o primeiro ano em 1879. A cesura histórica justifica-se porque, em 1879, foi instituída a Reforma do Ensino Livre, que promoveu a divisão do curso em ciências jurídicas e ciências sociais, em resposta às demandas provenientes da diversificação do aparato burocrático do Estado. A par disso, a Reforma do Ensino Livre, pelo nível de conflitos e controvérsias que estimulou, representou uma nova etapa na história do ensino jurídico e da vida extracurricular. Por um lado, significou a aplicação de princípios liberais ao processo educativo, revelando seus impasses e ambivalências; por outro lado, seus efeitos fizeram-se sentir no espírito de associação acadêmica, com sérias repercussões na dinâmica das relações sociais entre docentes e discentes.

Vale destacar dois aspectos. Primeiro: a reconstrução histórica das tendências observadas implica o reconhecimento

5. José L. de A. Nogueira, *A Academia de São Paulo*, 1977.
6. Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, 1977.
7. Alberto Venâncio Filho, *op. cit.*, 1977.

resoluto de uma linha objetivamente implacável no curso da história e dos processos sociais analisados, como se fosse algo unívoco ao qual os agentes sociais enfocados devessem, por bem ou mal, adaptar-se. A análise sociológica efetuada considera o curso da história a partir de seus deslocamentos, de suas fissuras, de seus atalhos e, até mesmo, de seus elos perdidos. Por essa razão, as determinações gerais da sociedade brasileira foram, tão somente, consideradas orientações possíveis para a ação concreta, às quais as condições locais de produção das relações sociais responderam, a seu modo, aos interesses regionais e aos móveis da ação dos agentes sociais envolvidos. Desse primeiro aspecto resulta um segundo, referente ao "olho" pelo qual examino as relações sociais entre docentes e discentes, entre a congregação e o Poder Executivo, entre os próprios acadêmicos. Em vez de adotar a representação imaginária de que as relações sociais observadas tenham sido coesas e harmônicas, privilegiei o enfoque que as representa enquanto produto de lutas concretas, de conflitos de interesses, de contradições permanentes. Se a tendência geral no processo de profissionalização dos bacharéis se impôs, em um momento histórico determinado, isso se deveu, justamente, porque formas particulares de ação se tornaram dominantes. Portanto, impossível descortinar o significado sociológico do processo de profissionalização dos bacharéis, desconsiderando ou desconhecendo as lutas internas acadêmicas que fizeram das relações de poder objeto privilegiado quer da realidade social, quer do conhecimento sociológico.

Este livro resulta de versão parcialmente modificada de tese de doutorado em sociologia, intitulada *A Arte da Prudência e da Moderação: O Liberalismo e a Profissionalização dos Bacharéis na Academia de Direito de São Paulo, 1827-1883*, defendida em dezembro de 1984 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, perante banca constituída pelos professores Gabriel Cohn, Maria Victoria Benevides, Dalmo de Abreu Dallari, Célia Galvão Quirino e

Regis Stephan de Castro Andrade. Suas argutas observações e seus reparos revelam a seriedade intelectual com que fui lido e examinado, e o interesse com que a tese foi recebida e debatida.

Nesta revisão do texto original, optei por extrair as reiterações de temas e ideias, certamente compreensíveis e necessárias a uma tese acadêmica. Evitei igualmente longas e detalhadas notas explicativas. Simplifiquei, sem comprometer os requisitos normativos, as referências bibliográficas que foram incorporadas ao texto. Pretendi, na medida do possível, atender tanto aos padrões de trabalho intelectual vigente no interior da comunidade acadêmica quanto ao leitor pouco familiarizado com esses padrões. Espero ter empreendido acertada opção na expectativa de que o livro, guardadas suas dimensões modestas, possa contribuir para o debate público dos limites e impasses do liberalismo no Brasil.

LANÇAMENTO 2019

JÁ DISPONÍVEL

LIVRARIA VIRTUAL

www.edusp.com.br/loja

LIVRARIAS

www.edusp.com.br/livrarias

INFORMAÇÕES

Divulgação Edusp

divulga@usp.br

edusp